

## ACORDOS PRÉ-ABRAÃO

**MARTA RAQUEL FERNANDES SIMÕES LIMA PEREIRA**

[martarpereira@edu.ulisboa.pt](mailto:martarpereira@edu.ulisboa.pt)

Doutoranda em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (Portugal). É mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Para tal, especializou-se na relação entre Israel, Arábia Saudita e Estados Unidos da América. Assim, os seus interesses recaem sobre o Médio Oriente, mais especificamente sobre Israel e a sua relação com os países do Golfo Pérsico. <https://orcid.org/0000-0001-8603-134X>.

### Resumo

Em setembro de 2020 o mundo ficou surpreso ao ser anunciado na Casa Branca um tratado de normalização de relações entre duas monarquias do Golfo Pérsico, mais especificamente entre o Bahrain e os Emirados Árabes Unidos, e o Estado de Israel. Ainda mais surpresa ficou a humanidade ao compreender o silêncio que emanou dos restantes países professantes do Islamismo. Todavia, não se deve considerar os Acordos de Abraão como um momento de normalização isolado no panorama das relações entre Israel e os estados árabes e muçulmanos. É de se lembrar que ocorreram tratados de paz com Israel no passado, sendo de se nomear o Tratado de Paz com o Egito em 1979 e o Tratado de Paz com a Jordânia em 1994. Tendo em conta que estes acordos já existiam, coloca-se em causa a inovação dos próprios Acordos de Abraão em termos de Relações Internacionais e regionais. Portanto, a questão de partida que guiará este artigo é a seguinte: Como é que os Acordos de Abraão de 2020 são considerados inovadores em comparação com os Tratados de Paz celebrados entre Israel e o Egito em 1979 e com a Jordânia em 1994? O objetivo principal deste artigo científico será distinguir as diferenças a vários níveis, nomeadamente ao nível socio-histórico e em termos de impacto nas Relações Internacionais, entre os Acordos de Abraão e os Tratados de Paz anteriormente celebrados entre Israel e, em primeiro lugar, o Egito, e de seguida, a Jordânia. O principal argumento deste artigo é que os Acordos de Abraão são de uma natureza diferente do Tratado de Paz entre o Egito e Israel de 1979 e o Tratado de Paz entre Israel e a Jordânia de 1994, dado que os contextos sociohistóricos, geopolíticos e geoestratégicos eram essencialmente distintos, como é percecionado ao se aplicar a Teoria da Balança da Ameaça e a Teoria da Aliança, ambas de Stephen Walt. Assim, o impacto de cada tratado nas relações regionais e internacionais era distintivamente diferente. Para atingir estes objetivos, este estudo seguirá esta metodologia: primeiramente, é considerado um estudo positivista. De igual forma, dado que vai ocorrer validação por quadros teóricos utilizados, é um estudo dedutivo. Aglomerará em si dois tipos de investigações, descritiva e explicativa. É maioritariamente um estudo comparativo, dado que os Tratados de Paz de 1979 e 1994 vão ser comparados com os Acordos de Abraão. Este estudo utilizará o método histórico processual diacrónico para analisar o antes e depois dos Tratados de Paz e dos Acordos. Todos os dados vão ser submetidos a análise de discurso. Uma das principais conclusões deste artigo é que os Tratados de Paz de 1979 e 1994 foram celebrados após terem perdido guerras contra Israel, o que conduziu a uma necessidade de paz com o estado judaico de forma a haver recuperação financeira. Consequentemente, estes Tratados de Pa foram vistos como uma aliança, nomeadamente, um positive balancing com Israel. Por outro lado, os Acordos de



Abraão não sugeriu de um contexto de guerra, tendo em vista que os Emirados Árabes Unidos e o Bahrain nunca lutaram Israel, mas num contexto de percepção de uma ameaça comum, o Irão. Consequentemente, a aliança com Israel foi tanto um hard e soft balancing.

### **Palavras-chave**

Acordos de Abraão, Tratados de Paz, Israel, Jordânia, Egito, Médio Oriente.

### **Abstract**

By September 2020 the world was surprised with the White House's announcement regarding the normalization treaties between Israel and two Gulf Monarchies, Bahrain and the United Arab Emirates. It is imperative, nonetheless, to not consider the Abraham Accords as a normalization moment isolated from the framework of the relations between Israel and the Arab and Muslim states. It is important to remember the past peace treaties with Israel, namely the 1979 Peace Treaty with Egypt and the 1994 Peace Treaty with Jordan. Given that these agreements already existed, the innovation of the Abraham Accords in terms of international and regional relations is questionable. Therefore, the research question that will guide this paper is as follows: How is the 2020 Abraham Accords considered innovative as compared to the Peace Treaties celebrated between Israel and Egypt in 1979 and with Jordan in 1994? The main goal of this investigative work is to understand the differences between the Abraham Accords and the cited Peace Treaties at the sociohistorical level and the impact on International Relations according to the Theory of the Balance of Threat and the Theory of the Alliance, both by Stephen Walt. The main argument of this paper is that it is understood that the Abraham Accords are of a different nature from the 1979 Peace Treaty between Egypt and Israel and from the 1994 Peace Treaty between Israel and Jordan as the sociohistorical, geopolitical and geostrategic contexts were essentially distinct, as it is perceived by applying the Theory of the Balance of Threat and the Theory of the Alliance, both by Stephen Walt. Therefore, the impact on the regional and international relations of each treaty was distinctively different. To achieve these goals this study will follow this methodology: firstly, it is considered a positivist study. Also, since there will be a validation of the theoretical frameworks used, this study is deductive. It will agglomerate in itself two types of investigations, descriptive and explicative. It is mainly a comparative study, as the 1979 and 1994 Peace Treaties with Israel will be compared with the Abraham Accords. This study will also use the processual and diachronic historical method to analyze the before and after of both Peace Treaties and the Accords. All data will be submitted through discourse analysis. One of the main conclusions of this article is that both the 1979 and the 1994 Peace Treaties were celebrated after having lost the war against Israel, which brought on the need for peace with the Jewish state in order to recover financially. Therefore, these Peace Treaties were seen as an alliance, specifically, a positive balancing with Israel. On the other hand, the Abraham Accords did not happen in the context of war, as the United Arab Emirates and Bahrain never fought Israel, but in the context of perceiving a common threat, Iran. Consequently, they allied with Israel on a positive both hard and soft balancing alliance.

### **Keywords**

Abraham Accords, Peace Treaties, Middle East, Israel, Jordan, Egypt.



**Como citar este artigo**

Pereira, Marta Raquel Fernandes Simões Lima (2024). Acordos Pré-Abraão. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL 15 N.º 2, Novembro 2024-Abril 205, pp. 136-134. <https://doi.org/10.26619/1647-7251.15.2.5>.

**Artigo recebido em 13 de Dezembro de 2023 e aceite para publicação em 7 de Agosto de 2024.**





## **ACORDOS PRÉ-ABRAÃO**

**MARTA RAQUEL FERNANDES SIMÕES LIMA PEREIRA**

### **Introdução**

Em setembro de 2020 o mundo ficou surpreso ao ser anunciado na Casa Branca um tratado de normalização de relações entre duas monarquias do Golfo Pérsico, mais especificamente o Bahrain e os Emirados Árabes Unidos, e o Estado de Israel. Ainda mais surpresa ficou a humanidade ao compreender o silêncio que emanou dos restantes países professantes do Islamismo (Perper, 2020).

Na realidade, ao longo das décadas, algo é considerado como certo: existe uma tensão eterna entre os países árabes e/ou islâmicos para com o único Estado Judeu do mundo, Israel. Salienta-se que após o nascimento deste Estado, a 14 de maio de 1948, ocorreu uma guerra contra este, sendo a mesma liderada pelos Estados árabes vizinhos e financiada pelos restantes, como a Arábia Saudita (Labelle, 2011). No entanto, desde a implementação da República Islâmica do Irão em 1979 que ocorreu uma alteração na própria balança do poder no Médio Oriente. Na realidade, Estados árabes que professam o Islamismo da variante sunita começaram a perceber uma ameaça que não se caracterizava por ser de uma religião oposta, mas sim da mesma religião, porém numa variante distinta, a xiita. Além do mais, os Estados do rico Golfo Pérsico entenderam que a Pérsia revestida de uma nova identidade desejava algo que eles reclamavam para si, em especial a Arábia Saudita: a hegemonia da região (Miller, 2020).

Vários acontecimentos externos ocorreram que determinaram alterações de relações nesta região do mundo. No início deste segundo milénio, a administração Obama deixou de conceder importância ao Médio Oriente, procurando antes o pivot asiático. Além do mais, procurou o Plano de Ação Conjunto Global, mais conhecido como Acordo Nuclear com o Irão, que permitiria à República Islâmica começar a produzir urânio para fins nucleares (IRNA, 2015). Pode referir-se que foram exatamente estas duas políticas que motivaram as seguintes prosseguidas pela administração de Trump: o reconhecimento de Jerusalém como a capital de Israel (U.S. Embassy in Israel, 2020) e, finalmente, os Acordos de Abraão.

Todavia, não se deve considerar os Acordos de Abraão como um momento de normalização isolado no panorama das relações entre Israel e os estados árabes e muçulmanos. É de se lembrar que ocorreram tratados de paz com Israel no passado, sendo de se nomear o Tratado de Paz com o Egito em 1979 e o Tratado de Paz com a



Jordânia em 1994. Tendo em conta que estes acordos já existiam, coloca-se em causa a inovação dos próprios Acordos de Abraão em termos de Relações Internacionais e regionais.

Portanto, a questão de partida que guiará este artigo é a seguinte: Como é que os Acordos de Abraão de 2020 são considerados inovadores em comparação com os Tratados de Paz celebrados entre Israel e o Egito em 1979 e com a Jordânia em 1994? O objetivo principal deste artigo científico será distinguir as diferenças a vários níveis, nomeadamente ao nível sociohistórico e em termos de impacto nas Relações Internacionais de acordo com a Teoria da Balança da Ameaça e a Teoria da Aliança, ambas de Stephen Walt. Todavia, primeiramente, caracterizar-se-á historicamente o Egito em 1979 e a Jordânia em 1994. De seguida, comparar-se-á os Acordos de Abraão com os Tratados de Paz de forma histórica, utilizando as supracitadas teorias. Seguidamente, descrever-se-á geopoliticamente e goestrategicamente o Egito em 1979, a Jordânia em 1994 e o Médio Oriente em 2020, separadamente, realizando, depois, a comparação. Finalmente, estudar-se-á as repercussões de cada tratado aos níveis internacional e regional, de acordo com as teorias de Walt

Pode-se aferir que o argumento principal deste artigo científico consiste na compreensão de que os Acordos de Abraão são de natureza distinta dos Tratados de Paz celebrados entre Israel e, em primeiro lugar, o Egito, em 1979, e de seguida, a Jordânia em 1994, por se considerar que os contextos sociohistóricos, geopolíticos e geoestratégicos são essencialmente distintos, como se percebe ao se aplicar a Teoria da Balança da Ameaça e a Teoria da Aliança, ambas de Stephen Walt. Consequentemente, entende-se que o impacto nas Relações Internacionais entre ambos é distinto.

No que concerne à organização deste artigo, após a introdução, há um capítulo dedicado à revisão da literatura e outro dedicado ao enquadramento histórico. Seguidamente, há um capítulo em que se explica a metodologia que este artigo seguirá. Subsequentemente, existem três capítulos, cada um dedicado a um dos objetivos citados. Finalmente, na conclusão conceder-se-á uma resposta à pergunta de partida.

## **Revisão da Literatura**

Dado que os Acordos de Abraão são um acontecimento recente, a literatura relativa aos mesmos ainda é precoce e pouco elaborada. Todavia, pode-se selecionar, da literatura conhecida até ao momento de escrita, três grandes escolas de abordagem a este acontecimento do século XX.

Numa primeira instância, encontramos uma abordagem ideológica. Podem salientar-se duas perspetivas de utilizar esta abordagem. Por um lado, observa-se os Acordos de Abraão como a revelação de que os assuntos de normalização com Israel e o assunto palestino podem ser separados politicamente e emocionalmente (Stephens *in* Sorokin, 2021). Assim, a rejeição de Israel como deliberado na Declaração de Cartum de 1967 terminou. Para Israel, tal significa que o veto palestino para deliberações de paz deixou de ter efeito. Contudo, esta perspetiva não tem em consideração o facto de os países signatários dos denominados Acordos de Abraão não serem países que tenham a influência do povo palestino. Assim, esta perspetiva não considera o fator geopolítico cultural. Ainda na abordagem ideológica, observam-se os mesmos numa perspetiva Pan-



Arabista de Nasser (Segell, 2021). Esta perspetiva tem como objetivos principais a cooperação, a unidade e a solidariedade entre os estados Árabes, Africanos e, finalmente, Israel. De acordo com esta perspetiva, o Bahrain, o Sudão e Marrocos foram liderados pelos Emirados Árabes Unidos (EAU) a realizar os Acordos em processos *top-down* realizados entre líderes. Contudo, aparentemente não existe nenhum tipo de apoio popular para o movimento ideológico, não havendo evoluções internas e regionais para uma mudança positiva. No entanto, o facto de a perspetiva abordar os Acordos como motivados por elites ignora o contexto histórico, geopolítico e geoestratégico dos mesmos, não tendo em consideração a economia *à priori* aos Acordos, bem como o papel da sociedade.

O segundo tipo de abordagem existente na literatura pode denominar-se como sendo liberal. Mais uma vez, pode-se dividir a mesma em duas perspetivas distintas. Uma forma de abordar liberalmente os Acordos de Abraão é tendo em consideração os fatores humanos. Na realidade, esta abordagem observa os Acordos como sendo motivados pelas próprias populações (Frish *in* Sorkin, 2021). De acordo com esta perspetiva, a população está cansada de pedir por unidades pan-Árabe e pan-Islâmica e deseja por melhores oportunidades económicas, melhor segurança social, melhor educação, mais inovação, mais estado de direito e maior igualdade. Todavia, esta perspetiva acaba por ser o extremo da apresentada como anteriormente, dado que, desta vez, ignora o contexto político e sistémico da região. Por outro lado, observamos uma abordagem de liberalismo económico (Egel, Efron & Robinson, 2021; Kram & Makovsky, 2021; Segell 2021). Nesta abordagem, refere-se que a relação económica bilateral entre Israel e os Emirados Árabes Unidos é, na realidade, o fundamento poderoso para os Acordos de Abraão. Os autores que defendem esta posição referem que estes Acordos permitem maior interligação entre as economias e eventualmente entre países árabes e muçulmanos. Esta expansão criaria um Médio Oriente mais integrado, permitindo que desafios ambientais, económicos e sociais sejam referidos. Contudo, considera-se que, se os interesses económicos ditassem os Acordos, mais países estariam dispostos a assinar a normalização dos seus relacionamentos com Israel.

Finalmente observam-se duas abordagens realistas. A primeira refere que existe a coexistência de pilar pragmático com um pilar ideológico na criação dos Acordos de Abraão. De acordo com os autores (Krieg, 2020; Abdullah, 2021), o pilar pragmático é baseado nos interesses nacionais dos países signatários, que consiste em maior consolidação de poder, preservação das estabilidades económica e militar, bem como desenvolvimentos tecnológicos e científicos para preservar a segurança. O pilar ideológico, por sua vez, baseia-se no desejo por paz, por estabilidade regional e por uma alteração de mentalidades. Todavia, entende-se que, na realidade, existe somente um pilar, o pragmático. Analisando-se bem o exposto, compreende-se que o pilar ideológico é consequente do pragmático. Na realidade, quando o poder é consolidado e desenvolvimentos são efetuados, estes criam paz e estabilidade regionais, tornando as mudanças em termos de mentalidade possíveis. A perspetiva final é caracterizada como neorealista, dado que considera que os Acordos são o resultado de uma mudança no Médio Oriente (Norlen & Sinai, 2020). Refere-se que, além de cada país signatário ganhar profundidade estratégica com os Acordos, um eixo de resistência foi criado (Guney & Korkmaz *in* Kihlberg, 2021). Consequentemente, a maior consequência dos Acordos de Abraão, de acordo com esta perspetiva, foi a formação de alianças no Médio Oriente,



todavia, esta abordagem acaba por ser um estudo das consequências dos Acordos de Abraão e não um estudo das causas que conduziram aos mesmos.

### **Principais conceitos e enquadramento teórico**

Existem termos que, para efeitos de unanimidade na compreensão do alcance deste artigo científico, serão necessariamente delimitados concetualmente.

Primeiramente, é de extrema importância referir que, para efeitos desta dissertação seguir-se-á a definição de poder de Joseph Nye (1990). De acordo com este académico, poder consiste na capacidade de afetar um outro de forma a atingir os objetivos desejados. Este autor também distingue entre dois tipos de poder. *Hard power*, a primeira distinção que o autor realiza, consiste na capacidade de levar avante os seus objetivos através de ações coercivas ou ameaças. Historicamente, o *hard power* é mensurado por critérios como tamanho populacional e/ou territorial, geografia, recursos naturais, força militar e força económica. Por outro lado, existe o *soft power*, que é definido por ser a capacidade de moldar as preferências dos outros através da cultura, valores políticos e instituições ou autoridade moral. Contudo, a realidade das Relações Internacionais revela a necessidade de usar o *soft* como o *hard power* conjuntamente. Assim, esta capacidade de combinar estes dois tipos de poder é chamada de *smart power*. Os apoiantes de *smart power* articulam as vantagens do *hard power*, como o poder militar, ao investir em alianças e instituições. Desta forma, os principais poderes são capazes de atingir resultados máximos de forma legítima.

É essencial também definir o termo "geopolítica". Na visão de Flint, geopolítica não é só a questão de país competirem entre si. É a possibilidade de se competir por um território por meios além das práticas de outros estados. Consequentemente, seguir-se-á a definição da geopolítica contemporânea que consiste em identificar "the sources, practices, and representations that allow for the control of territory and the extraction of resources" (Flint, 2006, p.16).

Relativamente ao termo "geoestratégia", para Foucher, significa a aplicação da razão geográfica à condução da guerra e/ou à criação de um esquema de defesa nacional (Foucher, 2000, p.165). Por a geopolítica simplificar realidades numa perspetiva localizada, a geoestratégia surge numa perspetiva de aplicar práticas a lugares analisados numa perspetiva de operação militar. Considera a avaliação das ameaças externas e a balança do poder de acordo com os interesses do Estado e as configurações espacial, física e humana da nação.

Finalmente, temos o conceito de Médio Oriente, em que se utilizará a definição de Tibi (1989). A razão para esta escolha é que o autor não só tem em consideração as relações estruturais e os processos de interação mútuos em formas específicas, como também leva em consideração um quadro de fatores linguísticos, étnicos, socioeconómicos e culturais. Refletindo nestes aspetos, Tibi delimita o Médio Oriente em três sub-regiões: o Oriente Árabe (*Mashreq*), o Norte de África (Magrebe) e a Região do Golfo (*Khaleej*).

Quanto ao quadro teórico, este será estudado tendo em consideração quatro grandes pontos. Primeiramente, considerar-se-á como caracterizar a região utilizando o quadro do Realismo nas Relações Internacionais (Kauppi & Viotti, 2020, pp. 21-24) que tem as



seguintes proposições. Primeiramente, para o realista, os estados são os atores chave de análise num sistema internacional de estados anárquico, ou seja, sem um governo central legítimo. Como se observa no Médio Oriente, não existe nenhum estado forte o suficiente para criar um governo central. Igualmente considera-se que os estados são atores unitários, sendo os seus governos os agentes de política externa. Também se considera que os estados são atores racionais, ou seja, a política externa é conduzida de forma racional, sempre colocando em consideração os objetivos, as alternativas, os benefícios e os custos. Finalmente, para os realistas, o interesse máximo que conduz a política externa é a segurança nacional e/ou internacional, examinando-se, portanto, potenciais usos de força e conflitos. Como se observa no Estado da Arte, os Acordos de Abraão devem ser estudados considerando um cálculo de custos e benefícios para proteger a segurança nacional dos Estados signatários.

O Realismo desdobra-se em Neorealismo (ou Realismo Estruturalista) quando se coloca uma maior ênfase no sistema internacional. Os neorealistas definem o sistema tendo em conta as várias distribuições de poder e de capacidades entre os estados, podendo-se discernir polaridades de acordo com o número de potências e os diferentes efeitos que estas trazem (Kauppi & Viotti, 2020, pp. 34-35), podendo haver ou equilíbrios ou alianças. Os neorealistas podem distinguir-se entre defensivos e ofensivos. Estes últimos, liderados por Mearsheimer (Kauppi & Viotti, 2020, p.46), defendem que a anarquia leva ao desejo de expandir as capacidades de poder relativas, vendo-a como única forma de se manterem seguros. Por sua vez, os primeiros, encabeçados por Waltz (Kauppi & Viotti, 2020, pp. 45, 46), referem que os estados anseiam, acima de tudo, sobreviver e procurar a sua segurança, havendo, conseqüentemente, uma manutenção do status quo. É dentro do Neorealismo Defensivo que se encontram as duas teorias de Stephen Walt (1985 & 1989) que serão o quadro teórico principal deste artigo.

Walt refere que é através das alianças que os Estados reagem perante uma ameaça externa. De acordo com a teoria da balança da ameaça deste autor, os Estados reagem não só contra um poder superior, mas contra ameaças percecionáveis. Estados com mais poder agregado (sendo estas capacidades medidas em termos de total de população e maior inovação tecnológica e industrial), com maior proximidade geográfica, com forças militares ofensivas e intenções agressivas (Estados que se assemelham agressivos levam mais facilmente os outros a balançar contra eles) são razão de uma coligação de Estados que desejam manter o *status quo*.

Perante a ameaça, Stephen Walt distingue entre duas estratégias para a formação de alianças. A primeira estratégia consiste em "*bandwagoning*"<sup>1</sup>. Esta consiste no alinhamento de um Estado ameaçado com o Estado ameaçador e revisionista, que coloca em causa do *status quo*. Esta política externa é mais beligerante e ofensiva. O objetivo principal é criar estabelecimentos militares eficazes e resolver à força para resolver disputas internacionais. A segunda estratégia de formação de alianças distinguida por Walt é a de *balancing*. Esta aliança consiste na realização de um alinhamento entre os diversos Estados que desejam preservar o *status quo* com a principal potência que o representa de forma a oporem-se à principal fonte de perigo. Podem existir quatro tipos diferentes de *balancing*. *Balancing* negativo ocorre quando o objetivo principal é exercer

<sup>1</sup> Consiste no termo inglês para referir à adesão a algo. Todavia, por o termo perder a sua exatidão na tradução ao português, decidi continuar a usar a palavra em inglês.



oposição ao Estado revisionista; *balacing* positivo é quando o objetivo principal é melhorar as capacidades dos próprios Estados do *status quo* (Morgenthau & Thompson, 1950, in Bock & Henneberg, 2013, p. 8). Contudo, o *balancing* também pode ser definitivo como *soft* ou *hard* dependendo se as capacidades desenvolvidas são militares ou não (He & Nexon, 2009, in Bock & Henneberg, 2013, pp. 8-9). A política externa desta estratégia é mais segura e defensiva. O objetivo principal é a autopreservação, por ansiarem sobrevivência enquanto o Estado mais forte expande a sua influência.

Para se poder mensurar o poder de acordo com estas distinções, realizar-se-á uma análise geopolítica e geoestratégica do Médio Oriente através dos fatores Guido Fischer. Estes são de três tipos. O primeiro tipo de fator é os fatores políticos, que consiste na posição, nas fronteiras, na dimensão territorial e populacional, na sua organização e cultura do Estado. De seguida há o económico, que trata da fertilidade do solo, da riqueza natural, da organização industrial, do nível tecnológico, do desenvolvimento do comércio, bem como a sua força financeira. O último fator consiste no psicológico, que se debruça na capacidade de flexibilidade económica, na capacidade de intervenção, no sentido de preservação e de adaptação da população.

Através de análises geopolíticas e geoestratégicas de cada um dos Estados ameaçados, será possível enriquecer este estudo utilizando a Teoria da Balança da Ameaça de Stephen Walt. Ao caracterizar os países, estudar-se-ão os fatores sendo possível estudar a sua evolução e distinguir o tipo de aliança que foi criado, de acordo com a Teoria da Aliança de Walt.

## Metodologia

Como foi enunciado na revisão da literatura, muitos estudos foram efetuados sobre os Acordos de Abraão considerando as suas causas ou os seus efeitos. Este artigo tem uma abordagem holística e sistémica, pelo que estudará ambos. Assim é um estudo positivista (Boduszynski & Lamont, 2020, p. 61). De igual forma, procurar-se-á a validação de quadros teóricos que vão ser usados, sendo um estudo dedutivo (Pires, 2022, p.23).

Contudo, este estudo contém em si dois tipos de investigação (Boduszynski & Lamont, 2020, p.57). Primeiramente, uma investigação descritiva, dado que ocorrerão descrições históricas, geopolíticas e geoestratégicas dos países citados e da região. Em segundo lugar, será uma investigação explanatória, dado que identificará os mecanismos causais através dos quais se pode compreender o impacto dos Acordos de Abraão no Sistema regional do Médio Oriente.

Este é um estudo principalmente comparativo, dado que os Tratados de Paz de 1979 e 1994 com Israel serão comparados com os Acordos de Abraão. Além do mais, o método de *most different systems* vai ser utilizado, dado que os Estados muçulmanos têm todos algo em comum: paz com Israel (Boduszynski & Lamont, 2020, pp. 91-92).

Este estudo utilizará o método histórico diacrónico e processual para estudar o antes e depois dos Tratados de Paz e dos Acordos. Para atingir a descrição histórica, recorrer-se-á ao *process tracing* (Beach, 2020).

Dado que se procurarão compreender e interpretar motivações e comportamentos, este estudo é qualitativo (Boduszynski & Lamont, 2020, pp. 98-101) em que dados escrito



serão intensamente estudados. Todos os dados serão submetidos a análise de discurso. Dado que o estudo tem em consideração política internacional, recorrer-se-á a um segmento de análise de discurso que tem como foco a política (Wilson, 2015, p. 779).

As it was revealed in the literature review, many studies about the Abraham Accords were accomplished by considering either what where their causes or their effects. This paper has a holistic and systemic approach, as it will study both. Therefore, it is a positivistic study (Boduszynski & Lamont, 2020, p. 61). Also, as there will be a validation of the theoretical frameworks that will be used, this study is deductive (Pires, 2022, p.23).

However, it will contain in itself two types of investigations (Boduszynski & Lamont, 2020, p.57). Firstly, it will be a descriptive investigation, as there will be an historical, geopolitical and geostrategic description of the quoted countries and of the region. Secondly, this will be an explanatory investigation, since it will identify casual mechanisms through which we can understand the impact of the Abraham Accords on the regional system of the Middle East.

It is mainly a comparative study, as the 1979 and 1994 Peace Treaties with Israel will be compared with the Abraham Accords. Therefore, the method of various different systems will be used, since all the Muslim states have something in common: peace with Israel (Boduszynski & Lamont, 2020, pp. 91-92).

This study will also use the processual and diachronic historical method to study the before and after of the Peace Treaties and the Accords. To achieve the historical description, the process tracing method will be used (Beach, 2020).

As we will try to understand and interpret motivations and behaviours, this is a qualitative study (Boduszynski & Lamont, 2020, pp. 98-101) where written data will be intensively studied. All data will be submitted through discourse analysis. Given that the study takes into account international politics, the segment of discourse analysis that focuses on politics will be used (Wilson, 2015, p. 779).

## **Contexto histórico**

Um tratado e um acordo são respostas a contexto histórico. O contexto histórico tem características únicas a si mesmo e que influenciam a aparência do tratado ou do acordo e sua escrita. Assim, o contexto em si mesmo diferenciará os tratados e os acordos.

## **Guerras Israelo-Árabes**

Para se entender os supracitados Tratados de Paz é necessário compreender que paz vieram instituir (Encyclopaedia Britannica, 2022). Contudo, como foi mencionado na introdução, as guerras Israelo-Árabes foram extensas. Assim, para efeitos de sintetização destacam-se somente dois conflitos.

O primeiro conflito de interesse para o presente artigo é a chamada Guerra dos Seis Dias. Este foi um conflito entre forças israelitas e forças egípcias, sírias e jordanas. O seu



nome derivou ao facto da guerra ter ocorrido em seis dias, entre 5 e 10 de junho de 1967.

No início do citado ano, a Síria havia intensificado os seus bombardeamentos a localidades israelitas através dos Montes Golã. Quando a força aérea israelita abateu seis jatos sírios, o Presidente egípcio Nasser mobilizou as forças para a fronteira da Península do Sinai. Nasser também assinou um pacto de defesa mútua com a Jordânia. Israel entendeu estas ações como ameaças e respondeu com um ataque aéreo súbito. Em seis dias, Israel tomou controlo desses montes, da Faixa de Gaza, da Península do Sinai, da Cisjordânia como de toda Jerusalém.

O segundo conflito de interesse para este artigo ocorreu no Yom Kippur (Encyclopaedia Britannica, 2023). Este é o feriado judeu de maior importância, dado que é um jejum de 25 horas limpar o povo dos seus pecados. No Yom Kippur de 1973, a 6 de outubro do citado ano, Israel foi invadido por forças egípcias através do Canal do Suez e por forças sírias através dos Montes Golã. As forças estrangeiras sabiam que era um feriado de jejum e acreditavam que Israel não estaria preparado para uma invasão. Contudo, as forças israelitas conseguiram fazer com que os invasores recuassem para os seus territórios.

### ***Israel e as Monarquias do Golfo***

Quanto aos Acordos de Abraão, o seu contexto imediatamente revela porque não são denominados Tratados de Paz. Na realidade, nunca houve uma guerra direta entre Israel e uma das Monarquias signatárias do Golfo. De igual forma, nunca houve nenhuma guerra entre os Emirados Árabes Unidos e o Bahrain, os primeiros Estados Signatários. O comportamento ameaçador das Monarquias do Golfo em estudo para Israel era maioritariamente económico, dado que estes Estados eram parte do movimento de boicote contra o Estado Judeu (Ahren, 2020).

Foi por causa da ameaça iraniana que as relações entre Israel e os estados supramencionados desenvolveram-se. Em fevereiro de 2005, o Rei Hamad bin Isa Al-Lhalifa, do Bahrain, mencionou ao Embaixador Americano em Manama que haviam contactos entre o Bahrain e a Mossad (The Guardianm 2011). Quanto às relações com os Emirados Árabes Unidos, estas desenvolveram-se de forma diferente (Traub et al., 2023). Entre 2010 e 2018, os Emirados procuravam manter uma política de ênfase no *soft power*. Assim, a sua ênfase estava investimento direto estrangeiro, no desenvolvimento humano e nas alterações climáticas. Contudo, eventos regionais, como a Primavera Árabe e a assinatura do Acordo Conjunto com o Irão, levaram a federação a procurar lutar contra o terrorismo e a envolver-se em alianças para acalmar as tensões regionais. Todavia, os Emirados Árabes Unidos já refletiam sobre a importância de haver paz entre as religiões abraâmicas e aumentaram as importações israelitas de produtos de segurança interna.

Em 2019, tudo mudou. Os EAU diminuíram o número de destacamentos no Iémen e levantaram as sanções contra o Catar. Esta federação colocou a sua ênfase em tornar o Médio Oriente um centro cultural e económico global, com desenvolvimento de nova tecnologia, ciência, energias renováveis e inteligência artificial, mas também como



estabilidade e paz. Assim, as relações com Israel aumentaram e os Acordos de Abraão foram desenvolvidos.

### ***O que é que estes contextos históricos revelam sobre os Acordos de Abraão?***

Ao aplicar a Teoria da Balança da Ameaça a estes supramencionados contextos históricos compreende-se uma distinção importante entre os Tratados de Paz e os Acordos de Abraão. Pelo que se mencionou relativamente aos Tratados de Paz, compreende-se que os Estados Árabes observavam Israel como um estado revisionista. Eles reconheciam a ameaça no facto de Israel ser um país não-Muçulmano que ocupou território palestino. De igual forma, como Israel ganhou todas as quatro guerras contra os Estados Árabes, tanto o Egito como a Jordânia entenderam que o Estado Judeu era mais desenvolvido que eles (Middle East Policy Council, n.d.).

Por outro lado, tanto o Bahrain como os EAU não foram ameaçados por Israel. Na realidade, Israel está geograficamente distante do Golfo Persa. Para estes estados, a maior ameaça é o estado revisionista do Irão. Irão não só não é uma monarquia, como é xiita, uma variante diferente dos EAU e do Bahrain (Al-Ketbi, 2018; Vohra, 2022). O Irão quer exportar a sua revolução às monarquias do Golfo para libertar os xiitas oprimidos dos seus opressores, os sunitas, que cooperam com o "Grande Satanás", os Estados Unidos da América (EUA).

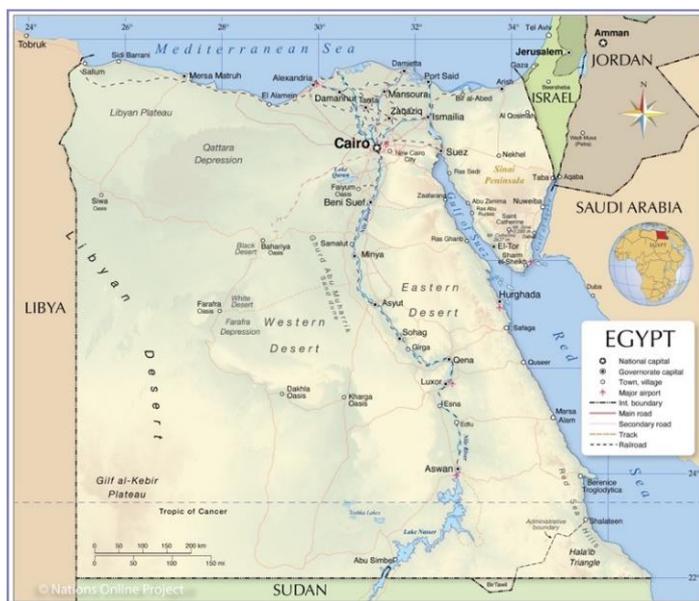
Quando compreendemos o contexto histórico com a Teoria da Balança da Ameaça, conseguimos compreender como é que cada contexto se posicionou com a Teoria da Aliança. De cada Tratado de Paz, consegue-se compreender que para a Jordânia, que se sentia desprotegida de Israel, o Egito representava o *status quo*. Assim, eles formaram uma aliança. Eles desejavam balançar o poder contra Israel (*balancing* negativo). Quanto aos EAU e ao Bahrain, eles viam Israel como um estado poderoso e inovador que representava o *status quo*. Assim, eles realizaram uma aliança de balanço para melhorar as suas capacidades contra o Irão (*balancing* positivo).

### **Descrições geopolíticas e geoestratégicas**

Como foi referido na Introdução e no Enquadramento Teórico, acreditamos que através de análises geopolíticas e geoestratégicas consegue-se perceber melhor as forças e as fragilidades de cada estado sob estudo neste artigo. Esta perspetiva é explicada pelo facto que, quando um Estado se envolve numa aliança, este tem de compreender que o estado mais forte pode oferecer proteção ou alguma inovação que o primeiro não conseguiria ter por si próprio. Desta forma, neste capítulo analisar-se-á o Egito e a Jordânia, na altura em que assinaram os seus tratados de paz, e os EAU, Bahrain e Israel em 2020, através dos fatores geopolíticos e geoestratégicos de Guido Fischer.



**Egito, 1979**  
**Mapa 1, "Egito".**



Fonte: Nations Online Project, n.d.

**Tabela 1. "Fatores de Guido Fischer para análise geopolítica e geoestratégica do Egito, 1974"**

Políticos					
Posição	Dimensões	População	Organização	Cultura	Fronteiras
Norte de África	996 603 km <sup>2</sup>	37 71 milhões	Tribal Árabe Berbere Núbia	Árabe Islâmica Tribal	Líbia Sudão Israel Mar Mediterrâneo Mar Vermelho
Económicos					
Fertilidade do solo	Riqueza natural	Organização industrial	Nível tecnológico	Desenvolvimento comercial	Força financeira
Rio Nilo	Gás natural Petróleo	Petróleo Distribuição	n.d.	Petróleo Transportes	Regime mais socialista
Psicológicos					
Flexibilidade económica	Capacidade de intervenção		Sentido de preservação		Adaptação
Socialismo Islâmico	Petróleo Gás Posição regional		Civilizacional		Islão

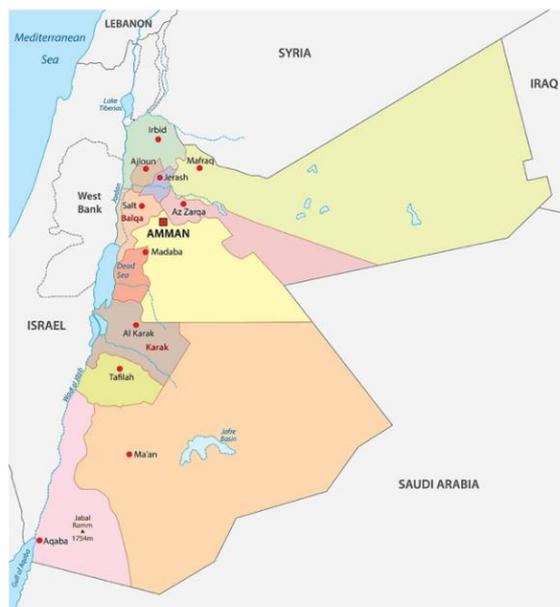
Fontes: Baker, Goldschmidt, Holt, Hopwood, Little & Smith, 2022; Bruton, 1983; EI-Sherif, 1997; World Bank, 1974.



O primeiro Estado Árabe que normalizou as relações com Israel foi o Egito, em 1979. Como se compreende pelo contexto histórico, o Egito, um dos perdedores das frequentes guerras israelo-árabes, estava numa posição frágil. A antiga terra dos Faraós é um país com fortes recursos naturais, como gás natural, petróleo e minérios. Além do mais, o solo é fértil, em especial perto do rio Nilo. Contudo, em 1979 a sua economia não revelava esses benefícios. As riquezas eram investidas no orçamento da defesa, extremamente elevado devido aos conflitos com Israel.

Outra grande fragilidade encontrava-se no seu regime. Até 1970 o Egito era governado pelo Presidente Nasser, de uma vertente socialista aplicada aos países árabes. O nome deste movimento era Pan-Arabismo, que advogava a unidade política, cultural e socioeconómica dos Árabes entre os diferentes estados que emergiram da descolonização. Era também um movimento ideológico que tomava principalmente a forma de um sistema secular e socialista. Além do mais, era inerentemente anticolonial e anti-imperialista. Este movimento político, na realidade, causou a estagnação da economia egípcia, dado não haver receitas dos investimentos estrangeiros.

### **Jordânia, 1994** **Mapa 2, "Jordânia".**



Fonte: WorldAtlas, 2021a



**Tabela 2. "Fatores de Guido Fischer para análise geopolítica e geoestratégica da Jordânia, 1994"**

<b>Políticos</b>					
<b>Posição</b>	<b>Dimensões</b>	<b>População</b>	<b>Organização</b>	<b>Cultura</b>	<b>Fronteiras</b>
Médio Oriente	89 318 km <sup>2</sup>	4 41 milhões	Tribal Árabe	Árabe Islâmica Palestiniana	Síria Iraque Arábia Saudita Israel
<b>Económicos</b>					
<b>Fertilidade do solo</b>	<b>Riqueza natural</b>	<b>Organização industrial</b>	<b>Nível tecnológico</b>	<b>Desenvolvimento comercial</b>	<b>Força financeira</b>
Solo árido e rochoso	Minérios Gás natural	Têxtil Mineral	n.d.	Turismo	Investimento estrangeiro Remessas
<b>Psicológicos</b>					
<b>Flexibilidade económica</b>		<b>Capacidade de intervenção</b>		<b>Sentido de preservação</b>	<b>Adaptação</b>
Ocidentalizado		Diminuta		Monárquico Modernização	Modernização

Fonte: Bickerton, Irvine & Jaber, 2022; Ramachandran, 2004.

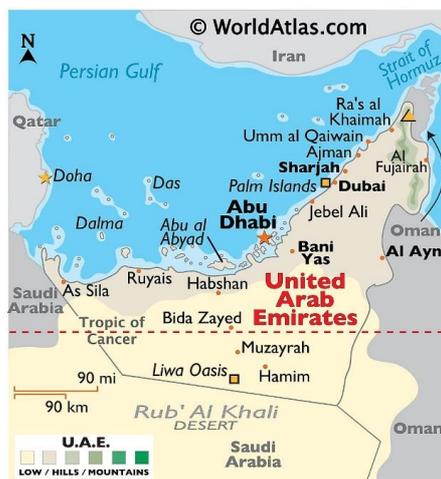
O segundo país que normalizou a sua relação com Israel em 1994 foi a Jordânia. O seu contexto geopolítico e geoestratégico era ligeiramente distinto, dado que estava fragilizado a três níveis. Primeiramente, pode-se referir a fragilidade ao nível populacional. A Jordânia tem sido albergue de refugiados palestinianos desde a Guerra da Independência de Israel. Por consequência, existia uma forte pressão populacional derivada destes, como temor de atentados terroristas por parte de radicais.

Outra fragilidade residia ao nível territorial. Como foi compreendido com o contexto histórico, as guerras com Israel levaram a este último ocupar territórios da Jordânia. Assim, houve diminuição da profundidade estratégica como retirada de terras férteis para cultivo jordano.

Além destas fragilidades territoriais com impacto na economia, adiciona-se a fragilidade económica advinda do embargo petrolífero. Este teve impacto no investimento estrangeiro vindo de países árabes, cujas receitas sofreram uma quebra com este acontecimento.



**Emirados Árabes Unidos, 2020**  
**Mapa 3, “Emirados Árabes Unidos”.**



Fonte: WorldAtlas, 2022

**Tabela 3. “Fatores de Guido Fischer para análise geopolítica e geoestratégica dos Emirados Árabes Unidos, 2022”**

Políticos					
Posição	Dimensões	População	Organização	Cultura	Fronteiras
Península Árábica Médio Oriente Ásia	71 024 km <sup>2</sup>	9 272 000	Federação Emirados Tribal Árabe	Árabe Persa Islâmica Tribal	Golfo Persa Arábia Saudita Omã
Económicos					
Fertilidade do solo	Riqueza natural	Organização industrial	Nível tecnológico	Desenvolvimento comercial	Força financeira
Desértico Oásis Montanhas	Petróleo Gás natural	Petróleo Construção	Parques tecnológicos	Turismo	Hub financeiro e comercial
Psicológicos					
Flexibilidade económica	Capacidade de intervenção		Sentido de preservação		Adaptação
Turismo Petróleo Diversificação	Hub comercial e financeiro Instituições Bancárias		Tribal Islamismo		Elevada

Fonte: Crystal & Peterson, 2022.

Os Emirados Árabes Unidos encontram-se no *shatterbelt* do Médio Oriente (Cohen, 2015, pp.375, 376). Esta região define-se por haver uma multiplicidade de etnias, raças e regiões dentro do mesmo estado ou entre diversos estados. Consequentemente, o processo de fragmentação é dinâmico, facilitando a alteração das alianças.



No caso dos EAU, apesar da maior etnia ser a Árabe, existe uma grande diversidade de tribos dentro de cada emirado. Além do mais, apesar da maioria da população ser sunita, existe uma minoria xiita (Office of International Religious Freedom, 2018, p.2).

A região encontra-se na justaposição de três continentes e está na entrada da Península Arábica pelo Golfo Persa. Além do mais, os seus portos são pouco profundos, facilitando as trocas comerciais. Ademais, o baixo relevo permite a fácil existência de rotas comerciais terrestres do Golfo ao Levante. Consequentemente, as cidades costeiras dos EAU sempre se caracterizaram por ser um fluxo de raças e etnias, desde persas, a árabes, a indianos, a europeus. Assim, apesar de ser um país pequeno, os EAU importam mão de obra, sendo a maioria Indiana ou Paquistanesa.

Algo único do Médio Oriente é o sistema político dos EAU. Os diferentes emirados decidiram preservar as suas identidades tribais e históricas e criar uma federação. Esta decisão prática reflete o *trade-off* existente nos EAU. Apesar do país ter uma forte identidade muçulmana, é mais ocidentalizado que outros países na região. A História ajudou a criar dentro dos EAU a coexistência entre uma forte capacidade de adaptação e a preservação da própria identidade.

Contudo, o *shatterbelt* também é caracterizado pela existência de riquezas naturais e escassez de recursos naturais essenciais. Consequentemente, também existe uma forte possibilidade para o conflito como para a competição entre potências regionais e externas. Assim, e dado que os EAU estão nesta região instável, a instabilidade pode afetar o seu sistema político. Duas ideologias têm surgido de forma a usar a instabilidade para os seus propósitos.

O Irão tem procurado expandir-se e tornar-se o Hégemon na região através da unificação da mesma num Califado Islâmico. Contudo, para que o Califado possa surgir, o islamismo xiita deveria ser o predominante. Assim, a República Islâmica move as minorias xiitas a se revoltarem contra os seus governantes sunitas. Tendo os EAU uma minoria xiita em Dubai e *Sharjah*, recebe a instabilidade da influência iraniana.

Outro movimento que usa a instabilidade no Médio Oriente em seu favor é a Irmandade Muçulmana. Este grupo islamita deseja o retorno ao Corão e à Hadith. O seu objetivo é islamizar a sociedade (Laub, 2019). Este grupo já tem influência no vizinho Catar. Assim, os EAU receiam a permeabilização dos ideais para o seu território.



**Bahrain, 2020**  
**Mapa 4, "Bahrain".**



Fonte: <https://www.mapsland.com/asia/bahrain/detailed-political-map-of-bahrain-with-relief>

**Tabela 4. "Fatores de Guido Fischer para análise geopolítica e geoestratégica do Bahrain, 2020"**

Políticos					
Posição	Dimensões	População	Organização	Cultura	Fronteiras
Golfo Persa	778 km <sup>2</sup>	2 059	Tribal Árabe	Árabe Persa Islâmica	Irão Arábia Saudita Catar
Económicos					
Fertilidade do solo	Riqueza natural	Organização industrial	Nível tecnológico	Desenvolvimento comercial	Força financeira
Sul Ocidente	Petróleo Gás natural	Refinaria Comércio	Parques tecnológicos	Refinaria Comércio	Hub financeiro
Psicológicos					
Flexibilidade económica	Capacidade de intervenção		Sentido de preservação		Adaptação
Petróleo Diversificação	Refinaria Comércio		Tribal Islamismo		Elevada

Fonte: Crystal & Peterson, 2022.

O Bahrain tem sido especialmente estudado por ser o palco da rivalidade saudita-iraniana. Contudo, esta rivalidade tem uma razão de existir. Na realidade, o Bahrain tem importância geopolítica e geoestratégica, particularmente em três aspetos.

Primeiramente, apesar do Bahrain ser uma ilha de somente setecentos e setenta e oito quilómetros quadrados (Crystal & Smith, 2023), a sua localização estratégica é de importância extrema. Situa-se no ocidente do Golfo Persa, tendo a Arábia Saudita a ocidente e sul, o Qatar a oriente e o Irão a norte. Devido a esta localização vital, os Estados Unidos da América um quartel-general do Comando Central das Forças Navais



presente nesta ilha (Myrvold, 2022). No entanto, também devido à sua localização o Irão reclama esta ilha como a sua décima quarta província (Borges, 2019).

Em segundo lugar, o Bahrain encontra-se numa região rica em termos petrolíferos. Na realidade, foi neste emirado que se encontrou pela primeira vez petróleo em 1932 (Crystal & Smith, 2023). No entanto, apesar de não ser um produtor de petróleo significativo nem ser membro da OPEC, contém uma das maiores refinarias do mundo, a *BAPCO Sitrah Refinery*. Um sexto do crude é processado no Bahrain, sendo o resto na Arábia Saudita (Nuruzzaman, 2013).

Finalmente, o Bahrain é um país maioritariamente xiita, mas governado por uma minoria sunita. Como Borges (2019) referiu no seu trabalho de conclusão de curso, em 1717 houve desmantelamento do controlo safávida (antigo império persa) e, em 1783, os al-Khalifa, família árabe sunita do Najd, dominaram os territórios do Bahrain. Consequentemente, existe uma forte divisão sectária no Bahrain, de uma pequena minoria governar a maioria estatal. Tal foi bastante verificado na Primavera Árabe de 2011, a maioria xiita deseja reformas políticas de forma a se terminar a discriminação (Peterson, 2022). Contudo, a Arábia Saudita não deseja tal reformulação por receio dos seus interesses económicos e políticos (Nuruzzaman, 2013).

### Israel, 2020 Mapa 5, "Israel".



Fonte: <http://www.guiageo.com/asia/imagens/mapa-israel.jpg>



**Tabela 5. "Fatores de Guido Fischer para análise geopolítica e geoestratégica de Israel, 2020"**

<b>Políticos</b>					
<b>Posição</b>	<b>Dimensões</b>	<b>População</b>	<b>Organização</b>	<b>Cultura</b>	<b>Fronteiras</b>
Médio Oriente	21 937 km <sup>2</sup>	8 424 904	Urbana	Judia Árabe Sionista Occidental	Egito Faixa de Gaza Jordânia Líbano Síria
<b>Económicos</b>					
<b>Fertilidade do solo</b>	<b>Riqueza natural</b>	<b>Organização industrial</b>	<b>Nível tecnológico</b>	<b>Desenvolvimento comercial</b>	<b>Força financeira</b>
Planície costeira	Petróleo Gás natural Minerais	Tecnologia Químicos Diamantes	Parques tecnológicos	Gás natural Tecnologia Químicos Diamantes	Alta
<b>Psicológicos</b>					
<b>Flexibilidade económica</b>		<b>Capacidade de intervenção</b>		<b>Sentido de preservação</b>	<b>Adaptação</b>
Tecnologia Investigação		EUA		Sionismo	Sionismo

Fontes: Elath, Ochsenwald, Sicherman. & Stone (2019)

Finalmente, vamos estudar o país que mudou o Médio Oriente. Israel é um estado surpreendente com quatro características que são relevantes para a análise. Duas dessas características estão relacionadas com as suas fraquezas, enquanto as outras duas são consideradas forças.

Primeiramente, Israel é um pequeno estado, que ocupa 470 quilómetros. Está rodeado por estado que foram hostis para o Estado Judeu desde que nasceu: partilha a fronteira norte com o Líbano, com quem tem relações frágeis, as fronteiras nordestes com a Síria, com quem tem relações hostis, a este e sudeste com a Jordânia, com quem tem tratado de paz, como com o Egito, a sul (Central Intelligence Agency, n.d.; Elath, Ochsenwald, Sicherman & Stone, n.d.).

Em segundo lugar, a sua população era de mais de 8 500 000 habitantes (Central Intelligence Agency, n.d.). Contudo, a maioria desta população era não judia: 1.2 milhões eram Muslim, 123 mil eram cristãos e 122 mil eram Druze (Israel Ministry of Foreign Affairs, n.d.). Além do mais, este país é crescentemente ocidentalizado, o que significa que a identidade judia é agora uma conceção social, em vez de religiosa. Desta forma, o Estado Judeu não sabe o que é que a sua identidade significa (Schweid, 1998).

No entanto, existem duas outras características que são as razões principais para os tratados de normalização. Israel tem uma economia forte, que cresce a 3 por cento ao ano. A principal força da economia israelita é o setor tecnológico. Além de produzir fertilizantes, fármacos e ter uma indústria prolífera de diamantes, Israel é conhecido pelo seu setor de TIC para defesa e equipamento médico (Bahar & Eckstein, 2019; Bruno & Chenery, 1962; Central Intelligence Agency, n.d.; Elath, Ochsenwald, Sicherman & Stone, n.d.; OECD Observer, 2011).



A última característica, que também é uma força, é o seu poder de dissuasão. É importante referir que Israel tem uma política de *animut*; tal significa que Israel não revela se possui armamento nuclear (Ferrero, 2019; Israeli, 2015). Contudo, Israel tem forte armamento convencional. As suas armas são tecnologicamente avançadas e o serviço militar é obrigatório para ambos os sexos (Wenkert, 2019).

### ***O que é que estas descrições geopolíticas e geoestratégicas revelam sobre os Acordos de Abraão?***

Ao aplicar a Teoria da Balança da Ameaça, compreende-se que, em 1979 e em 1994, Israel era mais desenvolvido que o Egito e a Jordânia. Apesar do Egito ter maior território, mais população e estar mais próximo geograficamente, a sua economia não era inovadora e a sua defesa era fraca. A Jordânia estava na mesma posição que o Egito. Assim, as suas intenções, apesar de agressivas, não eram tão ameaçadoras como no início da independência israelita.

Ao mesmo tempo, apesar do Egito ter sido percecionado como um estado que representava o *status quo*, compreendeu-se que Israel não era revisionista. Apesar da sua ter sido distinta, Israel não representava uma ameaça para os estados Árabes. Em ambos os caos, era compreensível que era mais nocivo permanecer em estado de guerra contra Israel ou até ser hostil do que normalizar as relações. Assim, apesar da aliança com Israel, o *status quo* foi preservado e o Egito e a Jordânia colheram benefícios. O resultado desta aliança foi o *balancing* positivo.

No caso dos EAU e do Bahrain, a situação deste era distinta da do Egito e da Jordânia. As monarquias do Golfo não eram geograficamente perto de Israel. Além do mais, apesar do Bahrain ser mais pequeno e menos populado que Israel, nunca se sentiu ameaçado por este. Acrescenta-se que Israel nunca foi intencionalmente ameaçador para estes Estados. Consequentemente, percebe-se que, para os EAU e Bahrain criaram uma aliança, que é tanto negativa como positiva (dado que as suas capacidades são melhoradas, mas também podem ser usadas contra uma ameaça), a ameaça deve vir de outro Estado.

Ao se aplicar a Teoria da Balança da Ameaça, entende-se que o Irão é a maior ameaça a ambas as monarquias do Golfo. O Irão não só é maior e mais populado que ambas as monarquias, como é geograficamente mais próximo e tem um poder militar maior. As suas intenções são claras, dado que reclama o Bahrain como a sua décima quarta província e deseja espalhar a sua ideologia.

Pode-se compreender, assim, que através de uma aliança com Israel, os EAU e o Bahrain podem se defender contra o Irão, beneficiar da defesa israelita e da sua tecnologia inovadora, em especial na cibersegurança.

### ***O Impacto nas Relações Internacionais***

Como este é um estudo positivista que pesquisa as ligações entre eventos *a priori* e *a posteriori*, é razoável considerar a importância do que aconteceu após a celebração de cada acordo. De facto, compreende-se inovações ao estudar o impacto que causam. Por



consequente, neste capítulo final deste artigo, analisar-se-á o impacto de cada tratado não só nas relações no Médio Oriente como internacionalmente.

### ***Os Tratados de Paz de 1979 e de 1994***

O principal objetivo de ambos os Tratados de Paz era criar paz entre os supracitados Estados Árabes e Israel. Contudo, o texto do Tratado de Paz comemorado entre Israel e o Egito é distinto do Tratado de Paz celebrado entre o Estado Judeu e a Jordânia. Dado que é o texto que marca as implicações futuras de cada tratado, é importante analisá-lo.

Primeiramente, o elemento que guia o Tratado de Paz entre Israel e o Egito é “respeito” (Murphy, 1979). O conteúdo desse tratado é repleto de preocupações quanto à segurança. Subsequentemente, procura criar uma força internacional cuja tarefa é monitorizar o sistema de segurança do Sinai. É compreensível que este tratado seja mais orientado para a segurança, dado que ambos os países estavam envolvidos em combate, procurando aniquilar-se. A paz estava a ser criada após anos de guerra intensiva. Tal como o Tratado de Paz entre a Jordânia e Israel (Satloff, 1995), há ênfase nos termos “parceria” e “cooperação”. A razão para estes conceitos serem consistentes é que o contexto histórico, como estudado anteriormente, era distinto. A Jordânia e Israel não estavam em combate por mais de 28 anos. Consequentemente, ambos tinham uma melhor compreensão das necessidades de cada um e o que cada um compreendia ser uma ameaça para se poder criar uma paz morna, sem a necessidade de *peacekeepers*.

Outro aspeto importante quanto ao Tratado de Paz com o Egito é que este previa segurança baseada em reciprocidade (Murphy, 1979). Isto significava que cada país reconhecia o interesse nacional do outro e equilibrava-o com os seus interesses nacionais próprios. Quanto ao Tratado de Paz com a Jordânia, a cooperação era o principal conceito deste Tratado de Paz (Satloff, 1995). É compreensível, desta forma, que o tratado não era somente técnico, dado que estabelecia relações diplomáticas formais, mas também um mapa para o desenvolvimento de interações políticas, económicas, sociais, culturais e humanas.

Com estas distinções, reconhece-se que estes tratados tiveram dois impactos. Em primeiro lugar, o impacto de Estados Árabes começarem a estabelecer paz com Israel. Nenhum Estado Árabe e /ou muçulmano havia estabelecido paz com Israel antes do Egito. Este evento inclusivamente causou o Egito ser expulso da Liga Árabe até 1989 (Masters & Sergie, 2023). Consequentemente, este Tratado de Paz foi o ponto de lançamento de relações entre Árabes e Judeus.

Em segundo lugar, estes tratados de paz ajudaram a compreender que tipo de paz é que um estado pode ter com outro país. Apesar do Tratado de Paz israelo-egípcio ter sido uma vitória, somente houve a concordância da promoção de relações amigáveis e a abstenção da criação de propaganda hostil. Nenhum mecanismo fora criado para promover cooperação. Por sua vez, o Tratado de Paz israelo-jordano delineou meios de promover cooperação e destacou o papel dos governos na adaptação da forma como os cidadãos falam e pensam em paz. Além do mais, uma comissão especial conjunta foi criada para examinar se os mecanismos haviam sido estabelecidos e se um fórum público tinha sido criado.



## ***Os Acordos de Abraão de 2020***

Um grande impacto dos Acordos de Abraão no Médio Oriente foi o facto de terem revelado que assuntos pragmáticos no Médio Oriente podem ser resolvidos sem haver consideração por ideologias. Neste caso, a normalização das relações com Israel foi estabelecida sem se considerar etnia, religião ou outros eventos passados que podiam ter prevenido a pacificação no Médio Oriente.

Outro tópico importante destes Acordos é o facto de terem sido celebrados sem intervenção Americana. Apesar dos Acordos de Abraão terem sido medidos pelos EUA, a primeira iniciativa veio dos Estados que os celebraram. Os Acordos de Abraão não foram forçados por uma ordem extrarregional, mas foram a culminação de diversas interações ao longo das décadas passadas.

Também é importante lembrar que os Acordos de Abraão podem ser o início de uma nova ordem regional. De acordo com Kram e Makovsky (2021), bem como com Segell (2021), esta nova ordem será caracterizada não só pelo aprofundamento das relações entre os Estados signatários, como também pelo alargamento dos acordos a outros países árabes e muçulmanos. Desta forma, o Médio Oriente será mais interligado, inclusivamente economicamente. Tal evento permitiria a ascensão de uma verdadeira cooperação económica que poderia facilitar a resolução de desafios ambientais e sociais. De facto, o Fundo dos Acordos de Abraão foi criado e existe para investimento em programas de infraestrutura e energia. Os Acordos de Abraão sempre previram um melhor desenvolvimento da região, como é citado que os assinantes “apoiam a ciência, a arte, a medicina e o comércio para inspirar a humanidade, maximizar o potencial humano e aproximar cada vez mais as nações” U.S. Department of State, 2020)<sup>2</sup>. Também é de se notar a criação do “Joint Statement on Women, Peace and Diplomacy” (Berman, 2021), que deseja revelar o valor de integrar mulheres em processos de paz, como deseja aumentar a influência feminina em assuntos de direitos humanos, desenvolvimento sustentável, segurança e assuntos da paz.

Finalmente, de acordo com Norlen e Sinai (2020), os Acordos de Abraão estão a mudar a geopolítica da segurança no Médio Oriente. Israel, com estes Acordos, foi colocado no Golfo Persa, próximo da Arábia Saudita. O processo de normalização com o Bahrain permite Jerusalém estar perto de Riade, dada a existência de um relacionamento de dependência entre a Monarquia Saudita e a Monarquia al-Khalifa.

## ***O que é que estes impactos revelam sobre os Acordos de Abraão?***

Com esta exegese dos Tratados de Paz de 1979 e 1994 e dos Acordos de Abraão de 2020, reconhece-se que os últimos não são somente uma celebração da normalização das relações entre Israel, os EAU e o Bahrain. de igual forma, estes acordos não são somente o estabelecimento de relações diplomáticas. Eles são algo maior.

Com os supracitados tratados, entende-se que estes, celebrados desde 1979, têm sido instrumentais para melhorar a paz estabelecida. Ao aplicar a Teoria das Alianças de Stephen Walt, compreende-se como as relações com Israel têm sido moldadas. O Tratado

---

<sup>2</sup> Tradução própria.



de Paz celebrado entre Israel e o Egito era um *balancing* positivo, dado que tinha como objetivo melhor o relacionamento, mesmo que as relações não tenham sido aprofundadas. Quanto ao Tratado de Paz celebrado entre o Estado Judeu e a Jordânia, este era um *balancing soft* e positivo. As relações não só foram melhoradas, como as capacidades nacionais foram desenvolvidas com o estabelecimento desta aliança.

Contudo, os Acordos de Abraão não são um Tratado de Paz. A paz não foi estabelecida pois nunca ocorrera guerra entre Israel e as Monarquias do Golfo. As relações foram estabelecidas porque elas nunca existiram: a cooperação foi procurada. Contudo, apesar das capacidades militares estarem a ser melhoradas com a aliança estabelecida entre os estados signatários, não há pressão a ser aplicada contra um estado revisionista. Desta forma, o *balancing* que foi estabelecido não é negativo, mas positivo e *hard*. Todavia, dado que a cooperação ocorre em campos além do militar, o *balancing* também é *soft*. Como foi referido anteriormente, a cooperação entre Israel, os EAU e Bahrain também ocorre ao nível económico, com o Fundo de Abraão, e a nível social, com o "Joint Statement on Women, Peace and Diplomacy". A cooperação ambiental também está a existir, dado que pelo menos Israel e os EAU estão a criar acordos para desenvolver energia renováveis (Bell, 2021).

## Conclusão

No final deste artigo, retomasse a pergunta de partida. Como é que os Acordos de Abraão de 2020 são considerados inovadores em comparação com os Tratados de Paz celebrados entre Israel e o Egito em 1979 e a Jordânia em 1994?

Na realidade, os Acordos de Abraão de uma natureza distinta do Tratado de Paz de 1979 entre o Egito e Israel e o Tratado de Paz de 1994 entre Israel e a Jordânia dado que os contextos sociohistóricos, geopolíticos e geoestratégicos são essencialmente distintos, como é perceptível ao se aplicar a Teoria da Balança da Ameaça e a Teoria da Aliança, ambas de Stephen Walt. Consequentemente, o impacto nas relações regionais e internacionais de cada tratado é muito distinto. Este argumento vai ser agora analisado para melhor validação.

Uma das principais conclusões deste artigo é que tanto o Tratado de Paz de 1979 como o de 1994 foram celebrados após terem perdido a guerra contra Israel, o que conduziu a uma necessidade de paz com o Estado Judeu de forma a haver recuperação financeira. Por conseguinte, estes Tratados de Paz foram vistos como alianças, especificamente *balancing* positivos com Israel. Por outro lado, os Acordos de Abraão não ocorreram em contexto de guerra, dado que os EAU e o Bahrain nunca lutaram com Israel, mas percecionam uma ameaça comum, o Irão, que é um estado revisionista. Consequentemente, aliaram de forma positiva com Israel, tanto *soft* como *hard*. Quanto a repercussões, os Acordos de Abraão não são tratados de paz, mas o estabelecimento de cooperação a níveis militar, económico, social e ambiental. Por conseguinte, uma nova ordem no Médio Oriente pode estar a surgir.

Este artigo pode ser visto como inovador dado que usa tanto a Teoria da Balança da Ameaça como a Teoria da Aliança de Stephen Walt de forma a compreender um evento, conjuntamente com análises geopolíticas e geoestratégicas. De igual forma, o processo de normalização entre Israel e estados árabes foi estudado sem considerar as ideologias,



realizando uma análise pragmática e realista. Finalmente, a abordagem tomada para os Acordos de Abraão e os Tratados de Paz de 1979 e 1994 foi holística, estudando os contextos históricos, geopolíticos e geoestratégicos e os seus efeitos.

Para futuras contribuições, seria interessante comparar os Acordos de Abraão com a reaproximação iraniana-saudita, e este último com um Tratado de Paz Israelo-Árabe, de forma a compreender se esta reaproximação era a Arábia Saudita e o Irão é inovadora e plausível.

## Referências

- Abdullah, A. (2021, August 12<sup>th</sup>). The two pillars of the Abraham Accords. *Middle East Institute*. <https://www.mei.edu/publications/two-pillars-abraham-accords>
- Ahren, R. (2020, September 14<sup>th</sup> ). Bahrain won't have to abolish Israel boycott law — because it did so years ago. *The Times of Israel*. <https://www.timesofisrael.com/bahrain-wont-have-to-abolish-israel-boycott-law-because-it-did-so-years-ago/>
- Al-Ketbi, E. (2018). United Arab Emirates. *The Middle East's New Battle Lines*. [https://ecfr.eu/special/battle\\_lines/uae](https://ecfr.eu/special/battle_lines/uae)
- Arnaut Moreira, J. (2020). *Os Fatores Geopolíticos e Geoestratégicos*. [PowerPoint]. [https://quintadosarnaut.files.wordpress.com/2020/04/geopol\\_geoest\\_aula-15-e-aula-16\\_fatores-geopolc3adticos-e-geoestratic3a9gicos-idn2020-v7.pdf](https://quintadosarnaut.files.wordpress.com/2020/04/geopol_geoest_aula-15-e-aula-16_fatores-geopolc3adticos-e-geoestratic3a9gicos-idn2020-v7.pdf)
- Bahar, D., Eckstein, Z. (2019, September 12<sup>th</sup>). Israeli Voters Don't Care About the Economy. They Should. *Foreign Policy*. <https://foreignpolicy.com/2019/09/12/israeli-voters-dont-care-about-the-economy-they-should-netanyahu-gantz-lieberman/>
- Baker, R. W., Goldschmidt, A. E., Holt, P. M., Hopwood, D., Little, D. P. & Smith, C. G. (2022). Egypt. *Encyclopedia Britannica*. <https://www.britannica.com/place/Egypt>
- Beach, D. (2020). Process Tracing Methods. *International Relations*. DOI: 10.1093/OBO/9780199743292-0227
- Bell, J. (2021, June 22<sup>nd</sup>). UAE-Israel Greentech collaboration to reach \$500million in five years: Expert. *AlArabiya*. <https://english.alarabiya.net/News/middle-east/2021/06/22/UAE-Israel-Greentech-collaboration-to-reach-500million-in-five-years-Expert>
- Berman, L. (2021, September 22<sup>nd</sup>). Abraham Accords partners issue joint UN human rights statement on women, peace. *The Times of Israel*. <https://www.timesofisrael.com/abraham-accords-partners-issue-joint-un-human-rights-statement-on-women-peace/>
- Bickerton, I. J. , Irvine, V. E. & Jaber, K. S. A. (2022). Jordan. *Encyclopedia Britannica*. <https://www.britannica.com/place/Jordan>
- Bock, A. M. & Henneberg, I. (2013). Why Balancing Fails: Theoretical reflections on Stephan M. Walt's "Balance of Threat" Theory. *AIPA*, 2. ISSN: 1611-0072.
- Boduszynski, M. & Lamont, C. (2020). *Research Methods in Politics and International Relations*. Sage Publications



- Borges, M. S. (2019). *A construção da ameaça iraniana na Arábia Saudita e no Bahrein: identidades e segurança*. [Trabalho de conclusão de Curso de Graduação, Universidade Federal de Rio Grande do Sul]. LUME Repositório Digital. <http://hdl.handle.net/10183/201290>
- Bruno, M., Chenery. H.B. (1962). Development Alternatives in an Open Economy: The Case of Israel. *The Economic Journal*, 72 (285), 79-103. <https://www.jstor.org/stable/2228618>
- Bruton, H. J. (1983). Egypt's Development in the Seventies. *Economic Development and Cultural Change*, 31(4), 679-704. <http://www.jstor.org/stable/1153403>
- Central Intelligence Agency (2019) *The World Factbook – Middle East :: Israel*. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/is.html>
- Cohen, S. B. (2015). *Geopolitics: The Geography of International Relations* (3ª ed.). Rowman & Littlefield.
- Cohen, R.N., Kertcher, C., & Traub, D. (2021). The road to normalization: The importance of the United Arab Emirates's neoliberal foreign policy in the normalization with Israel: 2004-2020. *Digest of Middle East Studies*, 32 (1), 60-78. <https://doi.org/10.1111/dome.12286>
- Crystal, J., & Smith, C. (2023, May 15). *Bahrain*. *Encyclopedia Britannica*. <https://www.britannica.com/place/Bahrain>
- Egel, D., Efron, S. & Robinson, L. (2021). Peace Dividend: Widening the Economic Growth and Development Benefits of the Abraham Accords. *Rand Corporation*. <https://www.rand.org/pubs/perspectives/PEA1149-1.html>
- Elath, E., Ochsenwald, W.L., Sicherman, H. & Stone, R.A. (2019) *Israel*. *Encyclopedia Britannica*. <https://www.britannica.com/place/Israel>
- EI-Sherif, M. (1997). Egypt. *FAO Plant Production and Protection Paper*, 144. <https://www.fao.org/3/V9978E/v9978e0e.htm>
- Encyclopaedia Britannica (2022). Arab-Israeli wars. *Encyclopedia Britannica*. <https://www.britannica.com/event/Arab-Israeli-wars>
- Encyclopaedia Britannica (2023). Yom Kippur. *Encyclopedia Britannica*. <https://www.britannica.com/topic/Yom-Kippur>
- Ferrero, C. J. (2019) Israel's strategic interest in nuclear disarmament. *Comparative Strategy*, 38 (3), 167-181. <https://doi.org/10.1080/01495933.2019.1606658>
- Flint, C. (2006). *Introduction to Geopolitics*. Routledge.
- Foucher, M. (2000). The geopolitics of front lines and borderlines. *Geopolitics*, 5 (2), 159-170. <https://doi.org/10.1080/14650040008407684>
- IRNA (2015, October 18<sup>th</sup>). EU officially announces October 18 adoption day of JCPOA. *Islamic Republic News Agency*. <https://en.irna.ir/news/81804426/EU-officially-announces-October-18-adoption-day-of-JCPOA>



- Israel Ministry of Foreign Affairs, n.d. PEOPLE: Minority Communities. *Israel Ministry of Foreign Affairs*. <https://mfa.gov.il/mfa/aboutisrael/people/pages/society-%20minority%20communities.aspx>
- Israeli, O. (2015) Israel's nuclear amimut policy and its consequences. *Israel Affairs*, 21 (4), 541–558. <http://dx.doi.org/10.1080/13537121.2015.1076185>
- Kauppi, M. V. & Viotti, P. R. (2020). *International Relations Theory* (6ª ed.). Rowman & Littlefield.
- Kihlberg, W. (2021). *Abrahamic brothers - for better and for worse? A qualitative study of the ideas in the Abraham accords*. [Independent project, Orebro University]. <https://5dok.org/document/wq2pr16y-abrahamic-brothers-better-worse-qualitative-study-abraham-accords.html>
- Kram, J. & Makovsky, D. (2021, October 3<sup>rd</sup>). Think Regionally: A US Role for Deepening the Abraham Accords. *The Washington Institute for Near East Policy*. <https://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/think-regionally-us-role-deepening-abraham-accords>
- Krieg, A. (2020, July 7<sup>th</sup>). The UAE and Israel: More than a marriage of convenience. *Middle East Eye*. <https://www.middleeasteye.net/opinion/uae-israel-ties-more-marriage-convenience>
- Labelle, M. Jr. (2011). "The Only Thorn": Early Saudi-American Relations and the Question of Palestine, 1945–1949. *Diplomatic History*, 35(2), 257–281. <http://www.jstor.org/stable/24916479>
- Laub, Z. (2019). Egypt's Muslim Brotherhood. *Council on Foreign Relations*. <https://www.cfr.org/backgrounder/egypts-muslim-brotherhood>
- Masters, J., & Sergie, M. A. (2023, May 25<sup>th</sup>). *The Arab League*. Council on Foreign Relations. <https://www.cfr.org/backgrounder/arab-league>
- Middle East Policy Council (n.d.) A Review of Relations Between Israel and Egypt. *TeachMideast*. <https://teachmideast.org/articles/review-relations-israel-egypt/>
- Miller, A. D. (2020). How Israel and the Arab World are making peace without a peace deal. *Carnegie Endowment for International Peace*. <https://carnegieendowment.org/2020/05/27/how-israel-and-arab-world-are-making-peace-without-peace-deal-pub-81918>
- Murphy, J. F. (1979). To Bring to an End the State of War: The Egyptian-Israeli Peace Treaty. *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, 12 (4), 897-942. <https://scholarship.law.vanderbilt.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2434&context=vjtl>
- Myrvold, C. O. A. A. (2022). *The Abraham Accords: A Comparative Perspective on American Foreign Policy in the Middle East*. (STV – 3900) [Master's Dissertation, The Arctic University of Norway]. UiT Munin. <https://munin.uit.no/bitstream/handle/10037/25488/thesis.pdf?sequence=2&isAllowed=y>
- Norlen, T. & Sinai, T. (2020). The Abraham Accords: Paradigm Shift or Realpolitik? *Security Insights*, 64. ISSN 1867-4119.



- Nye, J. (1990). Soft Power. *Foreign Policy*, 80, 153-171.  
<https://www.jstor.org/stable/1148580?origin=crossref>
- Nuruzzaman, M. (2013). POLITICS, ECONOMICS AND SAUDI MILITARY INTERVENTION IN BAHRAIN. *Journal of Contemporary Asia*, 43 (2).  
<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2572577>
- OECD Observer (2011). A profile of the Israeli economy. *OECD Observer*.  
[http://oecdobserver.org/news/fullstory.php/aid/3544/A\\_profile\\_of\\_the\\_Israeli\\_economy.html](http://oecdobserver.org/news/fullstory.php/aid/3544/A_profile_of_the_Israeli_economy.html)
- Office of International Religious Freedom (2018). *2018 Report on International Religious Freedom: United Arab Emirates*. U.S. Department of State. <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/05/UNITED-ARAB-EMIRATES-2018-INTERNATIONAL-RELIGIOUS-FREEDOM-REPORT.pdf>
- Ozalp, O. N. (2011). Where is the Middle East? The Definition and Classification Problem of the Middle East as a Regional Subsystem in International Relations. *Turkish Journal of Politics*, 2(2), 5-21.  
[https://www.researchgate.net/publication/299453506\\_Where\\_is\\_the\\_Middle\\_East\\_The\\_Definition\\_and\\_Classification\\_Problem\\_of\\_the\\_Middle\\_East\\_as\\_a\\_Regional\\_Subsystem\\_in\\_International\\_Relations](https://www.researchgate.net/publication/299453506_Where_is_the_Middle_East_The_Definition_and_Classification_Problem_of_the_Middle_East_as_a_Regional_Subsystem_in_International_Relations)
- Perper, R. (2020, November 30<sup>th</sup>). The Arab World Reacts to The Abraham Accords. *The Chicago Council on Global Affairs*. <https://globalaffairs.org/commentary-and-analysis/blogs/arab-world-reacts-abraham-accords>
- Peterson, J.E. (2022). Bahrain: Reform – Promise and Reality. In J. Teitelbaum (Ed.), *Political Liberalization in the Persian Gulf* (pp.157-185). Columbia University Press.  
[http://user1205455.sites.myregisteredsite.com/sitebuildercontent/sitebuilderfiles/Peter\\_son\\_Bahrain\\_Reforms.pdf](http://user1205455.sites.myregisteredsite.com/sitebuildercontent/sitebuilderfiles/Peter_son_Bahrain_Reforms.pdf)
- Pires, S. (2022). *Métodos Avançados de Investigação I: Desenho de Pesquisa*. [PowerPoint]. E-Learning.ISCSP.Ulisboa.  
[https://elearning.iscsp.ulisboa.pt/pluginfile.php/29712/mod\\_resource/content/0/MAI%20I%202022-23.pdf](https://elearning.iscsp.ulisboa.pt/pluginfile.php/29712/mod_resource/content/0/MAI%20I%202022-23.pdf)
- Ramachandran, S. (2004). Jordan: Economic Development in the 1990s and World Bank Assistance. *The World Bank Operations Evaluation Department*.  
<https://www.oecd.org/countries/jordan/36488608.pdf>
- Satloff, R. (1995). The Jordan-Israel Peace Treaty. *Middle East Quarterly*, 2(1), 47-51.  
<https://www.meforum.org/240/the-jordan-israel-peace-treaty>
- Schweid, E. (1998) Judaism in Israeli culture. *Israel Affairs*, 4 (3/4), 9-28.  
<https://doi.org/10.1080/13537129808719478>
- Segell, G. (2021). Revisiting Nasser Style Pan-Arabism and Pan-Africanism Prompted by the Abraham Accords. *Insight on Africa*, 1(16). DOI: 10.1177/09750878211048161
- Smith, C. G. & Crystal, J. A. (2023, July 3<sup>rd</sup>). Bahrain. *Encyclopedia Britannica*.  
<https://www.britannica.com/place/Bahrain>



- Sorkin, E. (2021). *The Abraham Accords: The culmination of a decades-long normalization process between Israel and the UAE*. [Undergraduate dissertation, Boston University.] OpenBU. <https://hdl.handle.net/2144/42494>
- The Guardian, (2011, April 7<sup>th</sup>). US embassy cables: King of Bahrain discusses Jordan, Saudi Arabia and Israel/Palestine. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2011/apr/07/bahrain-jordan>
- U.S. Department of State. (2020). *The Abraham Accords*. 2017-2021 U.S. Department of State. <https://2017-2021.state.gov/the-abraham-accords/index.html>
- U.S. Embassy in Israel (2020, December 7<sup>th</sup>). *Statement by Former President Trump on Jerusalem* [Press release]. <https://il.usembassy.gov/statement-by-president-trump-on-jerusalem/>
- Vohra, A. (2022, March 2<sup>nd</sup>). Bahrain's Paranoia About Iran Is Self-Defeating. *Foreign Policy*. <https://foreignpolicy.com/2022/03/07/bahrains-paranoia-about-iran-is-self-defeating/>
- Walt, S. M. (1985). Alliance Formation and the Balance of World Power. *International Security*, 9(4), 3–43. <https://doi.org/10.2307/2538540>
- Walt, S. M. (1989). ALLIANCES IN THEORY AND PRACTICE: WHAT LIES AHEAD? *Journal of International Affairs*, 43(1), 1–17. <http://www.jstor.org/stable/24357162>
- Wenkert, A. (2019, April 30<sup>th</sup>). Report: Israel's Military Expenditure Among Highest in the World. *CTech*. <https://www.calcalistech.com/ctech/articles/0,7340,L-3761278,00.html>
- Wilson, J. (2018). Political Discourse. In Hamilton, H. E., Schiffrin, D., & Tannen, D. (Eds.) (2015). *The Handbook of Discourse Analysis* (2a ed.) (775-794). Wiley Blackwell.
- World Bank (1974). The Egyptian Economy in 1974: Its Position and Prospects. *Report No. 491a-EG*. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/791651468235161130/pdf/multi-page.pdf>